

tência do monopólio não altera, em si mesma, as relações sociais básicas da produção de mercadorias: a organização da produção através da troca particular de produtos isolados do trabalho. Nem modifica a comensurabilidade essencial das mercadorias: ou seja, o fato de que cada uma representa certa porção de tempo da força de trabalho social total, ou, segundo a terminologia de Marx, cada uma delas é um congelamento de certa porção de trabalho abstrato. Trata-se de um ponto importante, pois significa que mesmo em condições monopolistas podemos continuar a medir e comparar mercadorias e grupos de mercadorias em termos de unidades de trabalho-tempo, a despeito do fato de que as relações quantitativas precisas implícitas na lei do valor já não sejam aplicáveis.

MARX

170 8

21

CAPÍTULO IV

Mais-Valia e Capitalismo

É IMPORTANTE NÃO CONFUNDIR a produção de mercadorias em geral com o capitalismo. É certo que somente sob o capitalismo "todos ou a maioria dos produtos tomam a forma de mercadorias",<sup>79</sup> sendo possível portanto dizer que o capitalismo implica a produção de mercadorias. O oposto, porém, não ocorre: a produção de mercadorias não implica necessariamente o capitalismo. De fato, o alto grau de desenvolvimento da produção de mercadorias é uma precondição necessária ao aparecimento do capitalismo. A fim, portanto, de aplicar nossa teoria do valor à análise dele, é necessário pesquisar primeiro, cuidadosamente, as características especiais que distinguem essa forma de produção do conceito geral de produção de mercadorias.

1. *Capitalismo*

Na produção de mercadorias simples, a que dedicamos tanto da nossa atenção, cada produtor possui e opera seus próprios meios de produção; no capitalismo, a propriedade desses meios está nas mãos de um grupo de pessoas, ao passo que o trabalho é executado por outras. Tanto os meios de produção como a capacidade de trabalho são, além do mais, mercadorias — ou seja, são ambos objetos de troca e portanto portadores de valor de troca. Segue-se que não somente as relações entre proprietários, mas também as relações entre estes e os não-proprietários têm o caráter de relações de troca. As primeiras são caracte-

<sup>79</sup> *Ibid.*, I, p. 188.

terísticas da produção de mercadorias em geral; as últimas, apenas do capitalismo. Podemos dizer, portanto, que a compra e venda da capacidade de trabalho é a *diferença específica* do capitalismo. Essa idéia assim foi expressa por Marx:

As condições históricas de sua existência não se limitam à simples circulação do dinheiro e mercadorias. Só pode florescer quando o dono dos meios de produção e subsistência encontra no mercado o trabalhador livre, que vende sua capacidade de trabalho. O capital, portanto, anuncia com seu primeiro aparecimento uma nova época no processo de produção social.<sup>80</sup>

Na produção de mercadorias simples, e produtor vende seu produto a fim de adquirir outros, que satisfaçam suas necessidades específicas. Começa com Mercadorias, transforma-as em Dinheiro, e este novamente em Mercadorias. As mercadorias constituem o começo e o fim da transação, que encontra sua justificativa no fato de que as mercadorias adquiridas são qualitativamente diferentes daquelas que são vendidas. Marx designa esse circuito simbolicamente como *M-D-M*. No capitalismo, por outro lado, o capitalista, atuando nessa qualidade, vai ao mercado com o Dinheiro, compra Mercadorias (capacidade de trabalho e meios de produção) e então, após a conclusão do processo de produção, volta ao mercado com um produto que novamente transforma em Dinheiro. Esse processo é designado *D-M-D*. O dinheiro é o começo e o fim; a razão que existe em *M-D-M* falta nesse caso, pois o dinheiro é qualitativamente homogêneo e não atende a nenhuma necessidade. Na verdade, é evidente que se *D* no começo tem a mesma grandezza que *D* no fim, todo o processo é inútil. Segue-se que o único processo lógico do ponto de vista do capitalista é *D-M-D'*, sendo *D'* superior a *D*.

<sup>80</sup> O *Capital*, I, p. 189. Isso se exprime frequentemente dizendo-se que o capitalismo, ao contrário de anteriores sistemas econômicos, se baseia no trabalho livre. Pode ocorrer ao leitor a indagação de se, segundo tal critério, a economia fascista moderna é capitalista. A resposta está certamente na afirmativa. O mais completo estudo da Alemanha Nacional Socialista assim responde à pergunta: "Liberdade de contrato de trabalho significa... principalmente uma distinção clara entre tempo de trabalho e tempo de lazer, que introduz o elemento da calculabilidade e previsibilidade nas relações de trabalho. Significa que o trabalhador vende sua capacidade de trabalho apenas por certo tempo, fixado por acordo ou pelas leis... Essa liberdade de contrato de trabalho ainda existe na Alemanha... A distinção entre trabalho e lazer é ainda tão viva na Alemanha como em qualquer democracia, muito embora o regime procure controlar os momentos de lazer do trabalhador... Toda tentativa dos advogados nacional-socialistas de substituir o contrato de trabalho por outro instrumento legal (como as relações de comunidade) Fraasson, e... todas as relações entre empregador e empregado são ainda contrárias". NEUDANN, Franz, *Behemoth*, Oxford University Press, Nova York, 1942, pp. 338-9.

A transformação qualitativa do valor de uso é aqui substituída pela expansão quantitativa do valor de troca como o objetivo da produção. Em outras palavras, o capitalista só tem motivo para trocar dinheiro pela capacidade de trabalho e meio de produção se com isso puder conseguir uma quantidade maior de dinheiro. O aumento do dinheiro, a diferença entre *D'* e *D*, é o que Marx chama de mais-valia; <sup>81</sup> constitui a renda do capitalista como capitalista e proporciona "o objetivo direto e o incentivo determinante da produção".<sup>82</sup>

É da maior importância não menosprezar as consequências dessa análise. Para Marx a importância decisiva da mais-valia se deve à forma histórica específica da produção capitalista. O trecho seguinte dá bastante relevo a esse ponto:

A simples circulação de mercadorias — vender para comprar — é um meio de realizar um objetivo desligado da circulação, ou seja, a apropriação dos valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário, um fim em si mesmo, pois a expansão do valor só ocorre dentro desse movimento constantemente renovado. A circulação do capital não tem, portanto, limites. Assim, o representante consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro, torna-se o capitalista. Sua pessoa, ou melhor, sua bolsa, é o ponto de onde parte o dinheiro e para onde volta. *A expansão do valor, que é o objetivo básico ou a mola da circulação D-M-D, torna-se sua finalidade subjetiva, e é apenas, na medida em que a posse de uma riqueza cada vez maior no abstrato se torna o motivo único de suas operações, que ele funciona como capitalista, ou seja, como capital personificado e dotado de consciência e vontade. Os valores de uso não devem nunca ser considerados como o objetivo real do capitalista, nem o lucro de qualquer transação simples. O incessante e interminável processo de lucro apenas é o seu objetivo.*<sup>83</sup>

Basta confrontar essa afirmação com a opinião universal dos economistas ortodoxos de que a aquisição de mais-valia como incentivo da produção é motivada por uma característica inata da natureza humana (o chamado "desejo de lucro") para vermos como é profundo o abismo que separa a Economia Política de Marx da ortodoxa. Teremos ocasião freqüente, nos capítulos posteriores, de voltar a este ponto. Enquanto ele não for perfeitamente entendido, não haverá possibilidade de uma verdadeira compreensão de Marx.

<sup>81</sup> A palavra alemã é *Mehrwert*, que significa literalmente "mais valor".

<sup>82</sup> O *Capital*, III, p. 1026.

<sup>83</sup> *Ibid.*, I, pp. 169-70. O grifo é nosso.

## 2. *Origem da Mais-Valia*

Para descobrir a origem da mais-valia é necessário, primeiro, analisar o valor da capacidade de trabalho como mercadoria. Quando dizemos que a capacidade de trabalho é uma mercadoria, não queremos dizer que o trabalho seja em si uma mercadoria. A distinção é importante e deve ser sempre lembrada. Podemos esclarecê-la da seguinte forma: o capitalista contrata o trabalhador para ir à sua fábrica em determinado dia e executar as tarefas que lhe forem confiadas. Com isso, está comprando a capacidade de trabalho do operário; mas até aqui não entra em jogo a questão do emprego de cérebro e músculos que constitui o verdadeiro trabalho. Este último só entra em função quando o trabalhador é posto em atividade numa tarefa específica. O trabalho, em outras palavras, é o uso da capacidade de trabalho, tal como, para usarmos a analogia de Marx, a digestão é o uso da capacidade de digerir.

No sentido mais rigoroso, a capacidade de trabalho é o próprio trabalhador. Numa sociedade escrava isso é óbvio, pois o que o comprador adquire é o escravo, e não seu trabalho. No capitalismo, porém, o fato de que o contrato de trabalho seja legalmente limitado ou finito, ou ambas as coisas, obscurece o fato de que na verdade o que o trabalhador faz é vender-se por um determinado período de tempo estipulado. Não obstante, essa é a realidade da questão, e o conceito de um dia de capacidade de trabalho será melhor entendido como significando simplesmente um dia do trabalhador.

A capacidade de trabalho é uma mercadoria e deve ter um valor, como qualquer outra mercadoria. Mas como determinar o valor "dessa mercadoria peculiar"? Marx responde à pergunta da seguinte maneira:

O valor da capacidade de trabalho é determinado, como no caso de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à produção e consequentemente também à reprodução desse artigo especial... Tendo-se o indivíduo, a produção da capacidade de trabalho consiste na sua reprodução de si mesmo ou na sua manutenção. Portanto, o tempo de trabalho exigido para a produção da capacidade de trabalho se reduz ao necessário para a produção daqueles meios de subsistência. Em outras palavras, o valor da capacidade de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários

para a manutenção do trabalhador... Seus meios de subsistência devem... ser suficientes para mantê-lo em seu estado normal como trabalhador. Suas necessidades naturais, como alimentação, roupa, combustível e alojamento, variam segundo o clima e outras condições físicas de seu país. Por outro lado, o número e extensão de suas chamadas necessidades... são, em si mesmos, o produto do desenvolvimento histórico e dependem, portanto, em grande parte do grau de civilização do país.<sup>84</sup>

Voltemos mais adiante a esse problema. No momento, o seguinte ponto deve ser particularmente notado: o valor da capacidade de trabalho pode ser reduzido ao valor de uma quantidade mais ou menos definida de mercadorias comuns.

Podemos agora proceder à análise da mais-valia. O capitalista entra no mercado com o dinheiro e compra maquinaria, material e capacidade de trabalho. Combina-os num processo de produção que resulta em certa massa de mercadorias que são novamente lançadas ao mercado. Marx supõe que o capitalista faz suas aquisições pelos valores de equilíbrio e realiza suas vendas pelo valor de equilíbrio do produto que vende. E não obstante, no final das contas, tem mais dinheiro do que no início. Nalgum ponto do processo, maior valor — ou mais-valia — se criou. Como é possível isso?

É evidente que a mais-valia não pode nascer do simples processo de circulação de mercadorias. Se todos tentassem colher lucro aumentando o preço, digamos em 10%, o que ganhassem como vendedores perderiam como compradores, e o único resultado seriam preços mais altos generalizadamente, sem que ninguém se beneficiasse com isso. Parece também evidente que o material que participa do processo produtivo não pode ser a fonte da mais-valia. O valor que o material tem no início do processo se transfere para o produto na conclusão, mas não há razão para supor que possua o poder oculto de aumentar seu valor. O mesmo ocorre, embora talvez menos evidentemente, com os edifícios e máquinas utilizados no processo de produção. O que diferencia edifícios e máquinas do material é o fato de que os primeiros transferem seu valor para o produto final mais lentamente, ou seja, numa sucessão de períodos de produção, ao invés de imediatamente, como no caso do material. É sem dúvida certo que o material e as máquinas podem ser considerados *fisicamente*

<sup>84</sup> *Ibid.*, pp. 189-90.

produtivos no sentido de que o trabalho, operando com eles, pode produzir um resultado maior do que produziria sem eles, mas a produtividade física nesse sentido não deve, em nenhuma circunstância, ser confundida com a produtividade do valor. Do ponto de vista do valor, não há razão para supor que o material ou as máquinas possam transferir finalmente para a mercadoria mais do que aquilo que encerram. Isso nos deixa apenas uma possibilidade, ou seja, que a capacidade de trabalho seja a fonte da mais-valia. Examinemos detalhadamente este aspecto.

Como já vimos, o capitalista compra a capacidade de trabalho pelo seu valor, ou seja, paga ao trabalhador como salário uma soma correspondente ao valor dos seus meios de subsistência. Suponhamos que esse valor seja o produto de seis horas de trabalho. Isso significa que depois de seis horas de produção, o operário acrescentou ao valor do material e maquinaria usados — valor esse que reaparece no produto ou mercadoria — um valor adicional suficiente para cobrir seus meios de subsistência. Se o processo se interrompesse nesse ponto, o capitalista só poderia vender o produto pela soma capaz de reembolsá-lo das despesas. Mas o trabalhador vendeu-se ao capitalista por um dia, e não há nada na natureza das coisas que determine seja o dia de trabalho limitado a seis horas. Suponhamos que seja de 12 horas. Então, nas últimas seis horas o trabalhador continua a acrescentar valor, mas já será então um valor excedente e superior ao necessário para cobrir seus meios de subsistência; é, em suma, a mais-valia que o capitalista pode embolsar.

Toda condição do problema está satisfeita, ao passo que as leis que regulam a troca de mercadorias não foram, de forma alguma, violadas. Pois o capitalista como comprador pagou cada mercadoria, algo de mais, capacidade de trabalho, pelo seu valor integral. Vende seu fio... pelo seu valor exato. Não obstante, com tudo isso, retira... mais de circulação do que originalmente nela lançou.<sup>85</sup>

A lógica desse raciocínio pode ser expressa de uma maneira simples. Num dia de trabalho o operário produz mais do que o necessário para um dia de subsistência. Conseqüentemente, a jornada pode ser dividida em duas partes, trabalho necessário e trabalho excedente. Nas condições da produção capitalista, o

<sup>85</sup> *Ibid.*, p. 217.

produto do trabalho necessário retorna ao trabalhador na forma de salários, ao passo que o produto do trabalho excedente fica em poder do capitalista, na forma de mais-valia. Devemos notar que o trabalho necessário e o trabalho excedente como tais são fenômenos presentes em todas as sociedades onde a produtividade do trabalho humano se elevou acima de certo mínimo muito baixo, ou seja, em todas as sociedades, com exceção das mais primitivas. Além disso, em muitas sociedades não-capitalistas (por exemplo, na escravista e feudalista) o produto do trabalho excedente fica em poder de uma classe especial que, de uma forma ou de outra, mantém seu controle sobre os meios de produção. O que é específico ao capitalismo é, portanto, não o fato da exploração de uma parte da população pela outra, mas a forma que essa exploração assume, ou seja, a produção da mais-valia.

### 3. Os Componentes do Valor

Pela análise precedente, torna-se claro que o valor de qualquer mercadoria produzida em condições capitalistas pode ser decomposto em três partes constituintes. A primeira, que representa apenas o valor do material e maquinaria usados, "não sofre, no processo de produção, qualquer alteração quantitativa de valor",<sup>86</sup> sendo por isso denominada "capital constante", e representada simbolicamente pela letra *c*. A segunda parte, que substitui o valor da capacidade de trabalho, sofre de certa forma uma alteração no valor pelo fato de que "tanto reproduz o equivalente de seu próprio valor como também produz um excesso, uma mais-valia, que pode variar, pode estar mais ou menos de acordo com as circunstâncias".<sup>87</sup> Essa segunda parte é portanto denominada "capital variável", sendo representada pela letra *v*. A terceira parte é a mais-valia em si, indicada pela letra *m*. O valor de uma mercadoria pode, segundo essas notações, ser representado pela seguinte fórmula:

$$c + v + m = \text{valor total}$$

Essa fórmula, além disso, não se limita, em sua aplicabilidade, à análise do valor como mercadoria simples, mas pode ser

<sup>86</sup> *Ibid.*, p. 232.

<sup>87</sup> *Ibid.*, pp. 232-3.

ampliada para cobrir a produção durante certo período de tempo, digamos um ano, de uma empresa ou qualquer grupo de empresas, que podem representar até a economia total de um país.

Duas observações são necessárias. Primeiro, devemos notar que a fórmula apresentada é, na verdade, uma versão simplificada do moderno conceito de renda de empresas. O valor total é equivalente à renda bruta das vendas, capital constante para ser empregado em material, mais a depreciação, capital variável para empregar em salários, e mais-valia da renda disponível para distribuição como juros e dividendos, ou para reinvestimento nos negócios. A teoria de valor de Marx tem, portanto, o grande mérito de, ao contrário de outras teorias do valor, uma correspondência íntima com as categorias contábeis das empresas comerciais burguesas e capitalistas.

Segundo, se a fórmula for ampliada para incluir toda a economia nos proporcionará uma moldura conceptual para o exame do que habitualmente se chama a renda nacional. Não obstante, é necessário não desprezar as diferenças entre os conceitos de renda marxista e os empregados pela maioria dos investigadores modernos. Se usarmos máisculas para designar quantidades reunidas, podemos dizer que os teóricos modernos, quando falam da renda nacional bruta, habitualmente incluem  $V + M$ , mais a parte de  $C$  que representa a depreciação do capital fixo, mas excluem o resto de  $C$ . Como renda nacional líquida, entendem simplesmente  $V + M$ , que inclui todos os pagamentos a pessoas mais a poupança comercial. Comparando a terminologia marxista com a clássica, vamos encontrar um tipo diferente de discrepância. Por "renda bruta", Ricardo, por exemplo, entendia o que os teóricos modernos chamam de renda líquida, ou seja,  $V + M$ , ao passo que "renda líquida" para ele significa apenas a mais-valia, ou seja, a soma dos lucros e renda.<sup>88</sup>

#### 4. Taxa da Mais-Valia

A fórmula  $c + v + m$  constitui a espinha dorsal analítica, por assim dizer, da teoria econômica de Marx. No restante deste

<sup>88</sup> Para melhor exame da relação entre a fórmula de valor e os conceitos de renda, ver Apêndice A deste volume.

capítulo definiremos e discutiremos certas proporções ou razões dela derivadas.

A primeira dessas razões, chamada a taxa da mais-valia, é definida como a razão entre a mais-valia e o capital variável, sendo indicada por  $m'$ :

$$\frac{m}{v} = m' = \text{taxa da mais-valia}$$

A taxa da mais-valia é a forma capitalista do que Marx chamava de índice da exploração, ou seja, a razão entre o trabalho excedente e o trabalho necessário. Suponhamos assim que o dia de trabalho é de 12 horas, e que seis horas são de trabalho necessário e seis horas de trabalho excedente. Então, em qualquer sociedade na qual o produto do trabalho excedente fique em poder de uma classe exploradora, teremos um índice de exploração dado pela seguinte razão:

$$\frac{6h}{6h} = 100\%$$

Sob o capitalismo, o produto do trabalho assume a forma de valor. Supondo que numa hora o trabalhador produza um valor de \$1, a taxa da mais-valia será dada, por

$$\frac{\$6}{\$6} = 100\%$$

que é, naturalmente, numericamente idêntico ao índice de exploração. Os dois conceitos, índice de exploração e taxa de mais-valia, podem ser frequentemente combinados, mas é importante lembrar que o primeiro é um conceito mais geral, aplicável a todas as sociedades exploradoras, ao passo que o último só se aplica ao capitalismo.

A grandeza da taxa da mais-valia é determinada diretamente por três fatores: a extensão do dia de trabalho, a quantidade de mercadorias que participam do salário real e a produtividade do trabalho. O primeiro estabelece o tempo total a ser dividido entre o trabalho necessário e o excedente, o segundo e terceiro em conjunto determinam qual a parte desse tempo que deve ser

considerada como trabalho necessário. Cada um desses três fatores é, um de cada vez, o ponto focal de um complexo de forças que têm de ser analisadas numa fase mais avançada da exposição da teoria. A taxa da mais-valia pode ser elevada por uma extensão do dia de trabalho, ou pela redução do salário real, ou por um aumento na produtividade do trabalho ou, finalmente, por uma combinação dos três movimentos. No caso de um aumento na extensão do dia de trabalho, Marx fala da produção de uma mais-valia-absoluta, ao passo que a redução do salário real ou o aumento da produtividade, levando à redução do trabalho necessário, resulta na produção da mais-valia relativa.

Marx escreveu quase sempre com a suposição simplificadora de que a taxa da mais-valia seja a mesma em todos os ramos da indústria e em todas as firmas dentro de cada indústria. Essa suposição implica certas condições que não se consubstancia, senão parcialmente, na prática. Primeiro, deve haver uma força de trabalho homogênea, transferível e móvel. Essa condição já foi examinada detalhadamente em conexão com o conceito de trabalho abstrato. Quando satisfeita, podemos falar de "uma concorrência entre os trabalhadores e um equilíbrio por meio de sua emigração contínua, de uma esfera de produção para outra".<sup>89</sup> Segundo, cada indústria e todas as firmas dentro de cada indústria devem usar exatamente o total de trabalho socialmente necessário nas circunstâncias existentes. Em outras palavras, su- põe-se que nenhum produtor opera com um nível técnico excepcionalmente alto nem excepcionalmente baixo. Na proporção em que essa condição não for satisfeita, alguns produtores terão uma taxa mais alta ou mais baixa de mais-valia do que a média social, e essas divergências não serão eliminadas pela capacidade de transferência e mobilidade do trabalho entre ocupações e firmas. É importante compreender que a suposição de taxas iguais de mais-valia se baseia, na análise final, em certas tendências muito reais da produção capitalista. Os trabalhadores realmente passam das áreas de baixos salários para as de altos salários, e os produtores procuram aproveitar-se dos métodos técnicos mais avançados. Conseqüentemente, a suposição pode ser considerada como apenas uma idealização de condições reais. Como disse Marx:

<sup>89</sup> *O Capital*, III, p. 206.

Essa taxa geral de mais-valia — uma tendência, como todas as leis econômicas — foi suposta para uma simplificação teórica. Mas, na realidade, constitui uma premissa verdadeira do modo de produção capitalista, embora seja mais ou menos obstruída pelos atritos práticos que provocavam localmente diferenças mais ou menos consideráveis, como o estabelecimento de leis para os trabalhadores agrícolas ingleses. Mas, na teoria, é hábito supor que as leis da produção capitalista se desdobram na sua forma pura. Na realidade, porém, há apenas uma aproximação. Mesmo assim, essa aproximação é tão grande que o modo capitalista de produção se desenvolve normalmente, sendo superada a sua adulteração pelos remanescentes de antigas condições econômicas.<sup>90</sup>

### 5. Composição Orgânica do Capital

A segunda razão a ser obtida da fórmula  $c + v + m$  é a medida da relação entre o capital constante e o variável, no capital total usado na produção. Marx dá a isso o nome de relação da composição orgânica do capital. Várias razões serviriam para indicar essa relação, mas a que parece mais conveniente é a razão entre o capital constante e o capital total. Vamos designar isso pela letra  $q$ . Teremos então:

$$\frac{c}{c + v} = q = \text{composição orgânica do capital}$$

Em linguagem não-técnica, a composição orgânica do capital é uma medida da proporção na qual o trabalho é equipado com materiais, instrumentos e maquinaria no processo produtivo.

Como no caso da taxa da mais-valia, os fatores que determinam a composição orgânica do capital estão sujeitos a uma variedade de influências causais. Certos aspectos importantes do problema serão examinados à medida que avançarmos em nossa exposição. No momento, basta dizer que o índice dos salários reais, a produtividade do trabalho, o nível de técnica predominante (intimamente ligado à produtividade do trabalho) e a propensão de acumulação de capital no passado participam, todos, da determinação da composição orgânica do capital.

As suposições de Marx sobre a composição orgânica do capital serão consideradas na seção seguinte, em conexão com a taxa de lucro.

<sup>90</sup> *Ibid.*, p. 206.

## 6. Taxa de Lucro

Para o capitalista, a razão crucial é a taxa de lucro; em outras palavras, a razão entre a mais-valia e o investimento total de capital. Se designarmos esse investimento por  $p$ , teremos:

$$\frac{m}{c+v} = p = \text{taxa de lucro}$$

Várias observações devem ser feitas em relação a essa razão. Em primeiro lugar, ao identificar diretamente a mais-valia com o lucro, estamos supondo que nenhuma parte dela terá de ser paga ao proprietário da terra na forma de arrendamento ou renda. Marx mantém essa suposição até a Parte VI do volume III de *O Capital*, onde pela primeira vez apresenta o problema da renda. Esse procedimento ele o explicou numa carta a Engels, em que expunha um esboço preliminar de *O Capital*. "No total dessa parte [na época denominada "Capital em Geral"]... a propriedade da terra é tomada como = 0; ou seja, nada tem, ainda, com a propriedade da terra em sua condição e relação econômica. Essa é a única forma possível de evitar o trato de tudo, em cada relação particular."<sup>91</sup> Estando fora do alcance limitado deste livro a discussão da teoria da renda, seguiremos a suposição em questão em todo o presente trabalho.

Em segundo lugar, a fórmula  $m/(c+v)$ , rigorosamente falando, mostra a taxa de lucro sobre o capital realmente usada na produção de determinada mercadoria. Na prática, o capitalista habitualmente calcula a taxa de lucro sobre o investimento total para um determinado período de tempo, digamos um ano. Mas o investimento total geralmente não é o mesmo que o capital consumido durante um ano, pois o período de recuperação dos diferentes elementos do investimento total varia amplamente. Assim, por exemplo, o edifício de uma fábrica pode durar 50 anos, uma máquina 10 anos, ao passo que o investimento de salários é recuperado pelo capitalista dentro de três meses. A fim de simplificar a exposição teórica, e colocar a fórmula da taxa de lucro em conformidade com o conceito de uma taxa anual

de lucro, Marx supõe que todo capital tenha um período de recuperação idêntico de um ano (ou qualquer outro período de tempo escolhido dentro dos objetivos da análise). Isso deixa implícito que o processo demanda um ano, que o material, máquina e capacidade de trabalho adquiridos no início do ano estão esgotados no final, e que o produto é então vendido e todos os investimentos recuperados, com o acréscimo da mais-valia. Isso não quer dizer que Marx ignora a questão ligada aos vários períodos de recuperação, tal como não ignora os problemas da renda. Pelo contrário, uma grande parte do volume II é dedicada às complicações provocadas pelas diferenças de período de recuperação dos diversos elementos do capital. Mas aqui, novamente, a fim de limitar o âmbito de nossa exposição e focalizar nossa atenção sobre os elementos essenciais da teoria, conservaremos a suposição acima mencionada durante todo o presente trabalho.

Quanto aos fatores determinantes da taxa de lucro, é fácil demonstrar que são idênticos aos fatores determinantes da taxa de mais-valia e da composição orgânica do capital. Em linguagem matemática, a taxa de lucro é uma função da taxa de mais-valia e da composição orgânica do capital. Recordando as definições  $m' = m/v$ ,  $q = c/(c+v)$ , e  $p = m/(c+v)$ , segue-se por simples manipulação que

$$p = m'(1-q) \quad 92$$

Assim, apesar do fato de que a taxa de lucro seja a variável crucial do ponto de vista do comportamento do capitalista, para a análise teórica ela deve ser considerada como dependente de duas variáveis primárias, a taxa da mais-valia e a composição orgânica do capital. Foi esse na verdade o processo adotado por Marx e que seguiremos em nossas investigações subsequentes, particularmente no Capítulo VI.

Tal como no caso da taxa de mais-valia, também no caso da taxa de lucro supõe-se uma igualdade geral entre indústrias

<sup>91</sup> Como se segue:

$$p = \frac{m}{c+v} = \frac{mv}{v(c+v)} = \frac{mc + mv - mc}{v(c+v)} = \frac{m(c+v) - mc}{v(c+v)}$$

$$\frac{m(c+v)}{v(c+v)} - \frac{mc}{v(c+v)} = \frac{m}{v} - \frac{mc}{c+v} = m'(1-q)$$

<sup>92</sup> MARX-ENGELS, *Correspondência Escrita*, citada pela edição de International Publishers, Nova York, 1936, p. 106.

e firmas. As condições necessárias são rigorosamente paralelas nos dois casos. A mobilidade do trabalho das áreas de baixo salário para as de alto salário corresponde a mobilidade do capital das áreas de baixo lucro para as de alto lucro, enquanto em ambos os casos um equilíbrio geral do nível da técnica é necessário. Qualquer capitalista que puder manter vantagem no setor de métodos técnicos pode conseguir maior taxa de mais-valia e, portanto, também maior taxa de lucro que seus competidores. A justificativa para as duas suposições é, portanto, praticamente a mesma, embora talvez na prática, na ausência do monopólio, o capital seja mais homogêneo e mais móvel do que o trabalho.

Encontramos, nesse ponto e pela primeira vez, um interessante problema teórico. Se as taxas de mais-valia e de lucro são geralmente iguais, segue-se que, se a troca de mercadoria se deve fazer de acordo com a lei do valor, as composições orgânicas do capital também devem ser geralmente as mesmas. Isso pode ser facilmente demonstrado imaginando-se duas mercadorias com valores iguais e taxas de mais-valia iguais, mas com diferentes composições orgânicas de capital. Por exemplo, o valor da mercadoria A é constituído de  $10c + 20v + 20m = 50$ , e o de B, constituído de  $30c + 10v + 10m = 50$ . A taxa de mais-valia é em cada caso 100% e seus respectivos valores são idênticos; precisamente, deveriam ser trocadas na base de uma pela outra. No entanto, se isso ocorrer, é evidente que o capitalista produtor de A terá uma taxa de lucro de 66 2/3%, ao passo que o capitalista produtor de B terá uma taxa de lucro de apenas 25%. Essa situação não poderia ser de equilíbrio.

O leitor se recordará de que a igualdade nas taxas de mais-valia e de lucro foi estabelecida de acordo com tendências reais do funcionamento da produção capitalista, que são provocadas pela força da competição. Poderíamos, talvez, afirmar que há também uma tendência real para a igualdade das composições orgânicas do capital, de forma que a dificuldade pode ser superada por uma suposição semelhante, também nesse caso? A resposta é negativa. Dentro de uma indústria qualquer há sem dúvida uma tendência para que a composição orgânica do capital seja igual nas firmas que a compõem. Mas entre indústrias que produzam mercadorias inteiramente diferentes, através de métodos muito diversos, não existe tal tendência. Por exemplo, não

há nada que coloque em conformidade as razões entre o capital constante e o variável nas indústrias de roupas e de aço.

É portanto inevitável a conclusão de que no mundo real da produção capitalista a lei do valor não serve de controle direto. Será totalmente injustificável, porém, tirar desse fato a conclusão, tal como fazem invariavelmente os críticos de Marx, de que a teoria do valor deve ser lançada fora, e que se deve procurar uma nova base para analisar o funcionamento do sistema capitalista.<sup>88</sup> É perfeitamente legítimo postular um sistema capitalista no qual as composições orgânicas de capital sejam iguais em toda parte e, portanto, em que seja válida a lei do valor, e examinar o funcionamento desse sistema. A validade desse processo não pode ser decidida *a priori*; ele deve ser submetido à prova pelo afastamento da suposição de composições orgânicas idênticas e pela investigação da proporção em que será necessário modificar os resultados antes obtidos. Se as modificações forem de importância reduzida, a análise baseada na lei do valor deve ser conservada; se, por outro lado, forem tão grandes que alterem o caráter essencial dos resultados, então nesse caso devemos abandoná-la e procurar um novo ponto de partida.

O método de Marx se conforma ao procedimento acima exposto. Nos dois primeiros volumes de *O Capital*, ele ignora a diferença de composição orgânica, o que é outra forma de dizer que ele supõe não existirem. Mas no volume III abandona essa suposição e mostra que, do ponto de vista dos problemas que estava procurando solucionar, as modificações resultantes dessa nova atitude são relativamente pequenas. Não há dúvida de que a prova que Marx dá para essa última proposição é, sob certos aspectos, insatisfatória, mas pela sua substituição por uma prova adequada demonstraremos que tanto seu método como suas conclusões são seguros (ver Capítulo VII adiante).

Entre os críticos da estrutura teórica de Marx, Bortkiewicz foi o único a perceber o significado total da lei do valor e sua utilização. Além disso, como adiante veremos, foi ele quem lançou as bases de uma prova logicamente irretorquível da exatidão

<sup>88</sup> A melhor exposição desse ponto de vista está em Böhm-Bawerk, *Karl Marx and the Close of his System*, loc. cit. Não será exagero dizer que as críticas posteriores da Economia marxista foram apenas repetições dos argumentos de Böhm. A única grande exceção é a crítica de Ladislav von Bortkiewicz, que examinaremos em vários pontos, à medida que avançarmos.



do método de Marx, fato que faz dele não só um crítico, mas também um importante colaborador da teoria marxista. A afirmação de Bortkewicz sobre a questão deve ser citada nesta altura de nossa análise:

O fato de que a lei do valor não seja válida na ordem econômica capitalista depende, segundo Marx, de um fator, ou série de fatores, que não constitui, mas abrange, a essência do capitalismo. Supondo que a composição orgânica do capital fosse a mesma em todas as esferas de produção, a lei do valor se aplicaria diretamente de forma controladora à troca de mercadorias, sem deter a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas e sem apresentar nenhum outro motivo para a busca de lucros do capitalista, determinando o volume, direção e técnica da produção.<sup>94</sup>

Temos aqui, em resumo, a razão para supor idênticas condições orgânicas do capital. Essa suposição não deve ser confundida com as suposições de taxas iguais de mais-valia e taxas iguais de lucro, porém. As últimas têm sua justificativa nas tendências em operação numa economia capitalista em regime de competição. As primeiras envolvem uma abstração deliberada das condições que sem dúvida existem no mundo real. Sua justificação só pode ser demonstrada, portanto, numa fase posterior, quando as conseqüências de seu abandono forem examinadas.

## SEGUNDA PARTE

### O PROCESSO

### DE ACUMULAÇÃO

<sup>94</sup> BORTKEWICZ, Ladislaus von, "Wertrechnung und Preisrechnung im Marxschen System", *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, XXIII, julho de 1906, p. 30.